

A EDUCAÇÃO POLÍTICA COMO CONDIÇÃO DE LUTA

POLITICAL EDUCATION AS A BASE FOR STRUGGLE

LA EDUCACIÓN POLÍTICA COMO CONDICIÓN DE LUCHA

Lizia Helena Nagel¹

Resumo: A reforma do ensino médio, projetada pela Medida Provisória nº. 746, que introduz profundas mudanças na estrutura do Ensino Médio, sofre críticas que não podem ser ignoradas. No entanto, não basta a clareza sobre os limites das propostas curriculares e, tampouco, o reconhecimento das suas consequências. Urge, nesse momento, recuperar a educação política dos envolvidos nos processos educativos porque o avanço do neoliberalismo deixou marcas no cidadão, garantindo uma ideologia que o leva à própria destruição. Apatia, ressentimento, medo, individualismo, narcisismo, entre outros comportamentos, caso não combatidos, só fortalecerão as medidas hoje contestadas.

Palavras chave: Reforma do Ensino Médio – Educação Política – Comportamentos.

Abstract: The reform of High School teaching envisaged by the Provisional Act 746, with deep modifications within the structure of teaching in the Brazilian High School, is currently being criticized to such extent that criticism may not be ignored. However, clear ideas on the limits of the curricular proposal and the acknowledgement of their consequences are not enough. The political education of all people involved within the educational process should be safeguarded since progress in the Neo-liberal stance had marked Brazilian citizens, warranting an ideology that favors their own destruction. Apathy, bitterness, fear, individualism, narcissism and other types of behavior will enhance the projected acts currently opposed, if they are not controlled.

Keywords: Reform of High School teaching; political education; behavior.

Resumen: La reforma de la enseñanza secundaria, proyectada por la Medida Provisoria nº 746, que introduce profundos cambios en la estructura de la Enseñanza Secundaria, sufre críticas que no pueden ser ignoradas. Sin embargo, no basta la claridad sobre los límites de las propuestas curriculares y tampoco el reconocimiento de sus consecuencias. Urge, en ese momento, recuperar la educación política de los envueltos en los procesos educativos, porque el avance del neoliberalismo ha dejado marcas en los ciudadanos, garantizando una ideología que los lleva a la propia destrucción. Apatía, resentimiento, miedo, individualismo, narcisismo, entre otros comportamientos, caso no combatidos, solo fortalecerán las medidas hoy contestadas.

Palabras clave: Reforma de la Enseñanza Secundaria – Reforma Política – Comportamientos.

As políticas públicas de educação, como as de qualquer outra área, não podem ser assumidas imediatamente como regras a serem cumpridas por mera força de lei. No entanto, Secretarias de Educação dos Estados ou de Municípios, Núcleos Regionais de Educação ou Inspetorias de Ensino, Escolas privadas de qualquer nível e, mesmo, pais “deslumbrados”, jovens dependentes de *youtubers* pagos², a maioria dispensando mediações reflexivas sobre a validade delas e/ou sobre as suas consequências, induzirá os docentes à adoção rápida das novas ideias, consideradas, apenas, em sua “legalidade” associada com “positividade”!

Tal subserviência não pode ignorar a força da propaganda dos órgãos de comunicação, multiplicada, controlada e paga pelo governo central, o que favorece apenas um conhecimento rápido, singular e inexato das questões que exigiriam muitas abstrações para compreendê-las em sua concreticidade educativa. A “sociedade midiática” manipula com extrema facilidade a população. Considerando, portanto, a educação como um tema complexo, opinar sobre “qualidade” e “vantagens” da atual reforma do ensino médio, sustentada por um marketing bem orquestrado, transforma-se em grande dificuldade para uma população que é assolada, diuturnamente, por matérias, entrevistas, vídeos e encenações pseudodemocráticos.

Na verdade, as medidas legais que viabilizam as atuais políticas públicas da educação exigem dos professores avaliações com critérios, com lógica, sem incongruências, assim como uma maior divulgação possível desses diagnósticos. Todo professor, independentemente do grau de ensino em que está alocado, precisa se propor a produzir e/ou a apreender análises substantivas, complexas, que ultrapassam a imediata rejeição emocional, ou o simples sentimento de tristeza, de desânimo ou de raiva diante daquilo que passa a determinar, por procedimento arbitrário, sua atividade profissional. O comportamento combativo sustentado pelo conhecimento de grande alcance é básico para um enfrentamento mais sólido, capaz de levantar as forças de um magistério, hoje, em desamparo.

A negação do desamparo docente – primeiro degrau para a luta por uma educação com leis direcionadas à humanização do homem – precisa, inicialmente, recuperar algumas questões. Privilegiando a didática, diríamos que a primeira delas seria recuperar, nos professores, o crédito no próprio homem como artífice da história quando o trabalho desaparece do seu horizonte e a tecnologia invade seu espaço. Ou, ainda, quando a população descobre que a representação popular não tem mais a força prometida pela democracia na qual tanta fé depositou. Da mesma forma, quando os acadêmicos “assumem” a relatividade da ciência, a filosofia como bate-papo, quando grupos de indivíduos, ao avesso da ciência, decepcionam-se com os “messias” identificados, anteriormente, como salvadores da pátria, ou quando os indivíduos, genericamente, creditam apenas ao caráter das pessoas a sua felicidade.

Nesse quadro, a educação política para a retomada da confiança na racionalidade, na capacidade de transformação dos homens precisa, também, despir os indivíduos de sua crença em suas forças individuais, o que, contraditoriamente, o neoliberalismo tenta inculcar na população, com o objetivo de livrar o Estado de suas obrigações sociais. A consciência de que o homem, em qualquer momento, não vive sem os outros precisa ser acordada. O crédito em forças individuais, no poder de faculdades psicológicas autoimunes ao social, nos discursos sobre o empreendedorismo - na medida em que retira a importância das pessoas, da coletividade e/ou da sociedade, para a existência de qualquer um - não só garante um individualismo crescente como assegura ao homem, ao longo do tempo, a sensação de desamparo e de solidão. A perda do entendimento da interdependência dos indivíduos, a incapacidade de compreender as íntimas conexões que determinam uma organização social, favorece comportamentos inúteis para desejadas mudanças sociais.

A desaceleração da importância dada ao(s) outro(s) também se desdobra, em nossos tempos, em um desinteresse pela sociedade, o que torna possível a desativação de ações antes direcionadas à vida mais

orgânica. Interessante lembrar que, ao desativarmos as lutas políticas em benefício do conjunto de homens, essa forma expressiva desencadeada pelo desinteresse pela vida do outro é capaz de desativar, até mesmo, o simples desejo de educar. Considerando que a valorização do ato de educar expressa a escolha de ações, atividades, tarefas, planos direcionados a um sujeito que se pretende formar, se esse sujeito nada me diz, não tem importância para mim, ou se não o considero relevante, o processo pedagógico se desmancha no ar, mantendo-se apenas como discurso vazio.

Urge, pois, inicialmente, recuperar a força da empatia. A empatia³ precisa ser acionada frente ao “desigual”, aqui entendido como aquele que possui condições econômicas de miserabilidade. Precisa ser valorizada, revivida e vivida concretamente, frente aos que recebem tratamento iníquo em função do seu ralo poder aquisitivo. Precisa ser deflagrada frente a qualquer trabalhador espoliado de seus direitos já prescritos, inclusive, na Constituição. A empatia, enfim, precisa entranhar-se, de modo significativo, no olhar dos professores.

Tal trabalho de estimulação de sentimentos, de mobilização do afetivo, no entanto, é inócuo, caso seja feito por simplórios discursos moralistas. Só uma educação política, com claros fundamentos teóricos, permite dar existência a outros personagens que, com maior habilidade, propõem-se a buscar uma vida mais socializadora. Abrem-se, então, as portas para a volta da intencionalidade que nos faz homens: a intencionalidade para construir uma humanidade livre de suas determinações atuais. Assim, parodiando Lenin (1980), diríamos que, caso acordemos da sonolenta empatia, podemos dimensionar a tarefa incrível que nos colocamos para o amanhã, tendo, pois, como meta, a legítima emancipação humana, cujo significado, como diz Tonet (2005), não pode ser confundido com a mera concepção de cidadania.

A empatia, que é o antídoto da apatia, só se realiza por atitudes, por ações singulares que expressam o caráter dos insatisfeitos com a desigualdade econômica, principal geradora de outras desigualdades que, variadas, aparecem-nos de modo mais imediato, fenomenicamente, ao nosso olhar. Reconhecendo que a aceitação da desigualdade econômica e dos maus tratos, geralmente, caminham juntos, importante analisar o que vem sendo escrito nas redes sociais. Atos de afronta à dignidade humana se expandem, frases como: *bandido bom é bandido morto*, ou comentários perversos da Internet tomam o lugar da civilidade, tão apregoada pela educação até meados do século XX.

Situações como essas nas redes sociais apenas mostram quão mais difícil se torna o amanhã, quando o caráter individualista das pessoas, regulando relações, não é criticado ou contestado. Prognosticado um futuro definido pelo abandono progressivo das pessoas por seus pares, estimado um amanhã consagrado pela intolerância crescente, a educação política se torna mais urgente *para e na* atualidade. Urgência que, não dispensando solidez no discurso teórico, reconhece e esclarece quem é o homem produzido pela sociedade da mercadoria, que se sente livre, com direitos incontestáveis de ferir, até de matar, qualquer sujeito que a ele se oponha.

A banalização do sofrimento do outro extrapolou o interior dos cárceres e o verniz da classe média, mantenedora dos filhos nas escolas (particulares ou públicas) que convivem naturalmente com o crescimento dos *bullies*. Como diz Carpenter e Ferguson (2011), a negação das personalidades violentas, agressoras, precisa de supervisão e de modelos positivos, pois a competência de relacionamento saudável

não surge, apenas, pela criação de regras que buscam a simples obediência. Em nosso contexto, no qual o processo civilizatório se amesquinha, no qual os *bullies* se multiplicam vertiginosamente, tanto na escola como fora dela, uma educação para a sensibilidade, inclusive, como condição mínima para a retomada do significado de política, precisa aprofundar meios, estratégias e táticas para adentrar nos sentimentos dos indivíduos, hoje, regulados por hábitos mercantis, individualistas e superficiais.

Conferindo importância aos comportamentos próprios da sensibilidade e, por isso mesmo, analisando comportamentos atuais, observáveis como respostas a medidas governamentais que retiram direitos já adquiridos e selados pela Constituição, aponta-se o ressentimento como um dos fatores que não auxiliam a prontidão para um penoso e amplo trabalho que se faz necessário. Esse ressentimento, que tem origem na fé e na esperança em um sistema cuja estrutura e organização jamais permitiriam que esses desejos se instalassem, não se constitui em base para ações contra a decadência educacional e social em curso. Por ser proveniente de uma fantasia, precisa ser afastado em nome de uma racionalidade maior, de um conhecimento mais profundo viabilizado pelo materialismo histórico, que não se restringe à leitura de O Capital.

Ora, o desencanto, ou o ressentimento, contra legisladores, ou contra seguidores de tais medidas, resultante de um vazio explicativo do modo operacional do sistema, também pode produzir, o que seria mais nefasto, a substituição de ideais de esquerda por outros de extrema-direita no espectro político. Na verdade, o que está em causa e o que exige a superação do ressentimento é a clareza sobre o caminho contrário ao desenvolvimento capitalista, que muitos acadêmicos, mesmo fora da militância em partidos da esquerda, podem revelar. Thomas Piketty (2014 e 2015), economista francês, por exemplo, enquanto capaz de denunciar a concentração de riqueza e aumento da desigualdade no mundo, pode ser uma bela sugestão de leitura para produzir reações positivas em quem tem medo de Marx!

Leituras que mostram, objetivamente, o crescimento da desigualdade em todas as regiões do mundo, permitem, de alguma forma, ressuscitar o comportamento ético que, quando legítimo, em termos de humanidade, jamais se desprende de valores universais. Mas não só as obras de economistas que tornam inteligíveis os desajustes da economia em seus resultados que podem ajudar na sensibilização política dos indivíduos para que se tornem mais abertos à negação de comportamentos alienantes e alienadores. Assim, acolher ideias estranhas, para além das necessidades imediatas, ter satisfação em responder a outras demandas que não exclusivamente as suas, comungar práticas direcionadas ao bem público, contrariar sistematicamente procedimentos perversos, são ações ou operações que podem se transformar em hábitos (quando emulados e aprendidos) que contrariam os pressupostos liberais do cotidiano⁴.

Lenin (1977), em sua obra sobre educação, lembra como é difícil abandonar a abundância dos elementos marcantes da cultura burguesa, mesmo por aqueles que se pretendem revolucionários. Como diz o autor: “[em geral] mostram-se incapazes de empreender qualquer ação organizadora ou organizada”, posto terem vivido na crença de “cada um por si e Deus por todos” (p. 33, 34). Cabe indagar, nesse momento, se os educadores preocupados com uma futura humanidade dignificada reconhecem, no seu cotidiano, os hábitos e discursos que, colocados em prática, são contrários ao seu próprio “sonho” de

negação dessa sociedade que tudo transforma em mercadoria. Qual a possibilidade de os professores se avaliarem quando critérios para tal não lhes são conferidos? Até quanto, pois, os educadores buscam compreensão de si na dinâmica da produção social na qual estão inseridos?

Salientando as dificuldades relativas à autocrítica dos cidadãos, reforça-se a ideia de esclarecer, com objetividade, com dados, com exemplos, as atitudes cotidianas dos indivíduos que demonstram, na prática, seus comportamentos (neo)liberais. Reforçando, na atual conjuntura, que os valores de referência universal desapareceram, revigora-se a importância da retomada não só do domínio do conhecimento teórico, como a necessidade urgente de se buscar contínuas informações (dados) que fundamentem críticas a respeito das atitudes individualistas dos “sujeitos da democracia burguesa”. Para tal empreitada, podemos buscar filósofos, sociólogos, historiadores contemporâneos que, insatisfeitos com os comportamentos principalizados na fase do capitalismo financeiro, muito podem oferecer em ideias para procedimentos contrários a eles. Nesse sentido, apontamos o filósofo Herbert Marcuse (1898-1979), o sociólogo Zygmunt Bauman (1925-2017), o filósofo e sociólogo Jean Baudrillard (1929-2007), o filósofo Guy Debord (1931-1994), o historiador e crítico social Christopher Lasch (1932-1994), o sociólogo Richard Sennet (1943-...), que, em inúmeras obras, mostram-se adversários ferrenhos do individualismo, do pragmatismo utilitário, enfim, das premissas da filosofia liberal.

Ao apontarmos, nesse elenco, ilustres intelectuais não considerados marxistas por excelência, alguns denominados conservadores e, até mesmo, pós-modernos, muitas vezes se erguerão contrárias à sugestão dada, como se apenas alguns “pensadores ortodoxos” dessem conta de todas as variáveis necessárias para entender o *ser social, a prática social* inerente à era do consumo. Com raras exceções, os intelectuais da atualidade que se propõem a manter vivo o marxismo em sua radicalidade analisam a forma de ser, o *ser social*, desse momento histórico. Não consideram os comportamentos humanos marcados pelo individualismo, pelo narcisismo, pela ignorância, promovidos pelo avanço do capitalismo, como mercedores de estudos; não os consideram relevantes para entender o desinteresse generalizado por história, por teoria, por uma prática social que visa objetivos sociais em longo prazo. O marxismo, muitas vezes diluído em análises da cultura, perde o sujeito das lutas que precisa ser emocionalmente mobilizado para críticas sobre si mesmo.

Considerando que Marx, para construir seus estudos sobre o capital, jamais deixou de apreender questões assumidas como importantes em pensadores como Sófocles, Lutero, Shakespeare, Cromwell, Mandeville, Montesquieu, Turgot, Benjamin Franklin, Balzac e Rousseau, entre muitos outros representantes da literatura e da política, questionam-se os motivos que levam os marxistas atuais a não valorizarem obras que, mesmo sem as marcas indelévels do materialismo histórico, contribuem para delinear o homem que precisaria ser conscientizado das manhas da ideologia liberal que o envolvem.

Nessa tentativa de recuperação do já dito sobre nossa sociedade e, principalmente, sobre o homem que se desenvolve nesse momento, é que se retoma **A ideologia da sociedade industrial**. Marcuse (1979), nessa obra, de forma brilhante, alertando para a paralisia da crítica social, expõe ter a crítica, na segunda metade do século XX, desaparecido diante da urgência de a tudo *designar, afirmar e imitar*. Assevera que a estrutura das sentenças abreviadas, apenas afirmativas ou negativas, de uso

generalizado, não deixa espaço para qualquer tensão dentro das frases, fazendo com que o significado das palavras desapareça, transformando os termos apenas em clichês. A contradição, pois, desaparece nas locuções curtas ou nas descrições. Tanto uma palavra como um discurso são formulados com o objetivo de impacto. Marcuse, ao denunciar o perigo de interpretar a tudo simplesmente por oposição, não deixa de fazer “prospecções” sobre o linguajar que, de modo dominante, hoje, invadiu as redes sociais. Além disso, a retomada de Marcuse daria fôlego a contestações relativas às metodologias pós-modernas que implicam apenas em descrever e não mais em explicar o real. O que interessaria deveras aos marxistas que lutam pela compreensão do mundo, do homem, por meio da dialética.

Seguindo no tempo as obras lançadas no Brasil, tem-se Lasch (1983), americano, professor de história que precisa ser lido, apesar das polêmicas que carrega consigo. Lasch, mesmo defendendo a sociedade liberal, aponta, apesar de fazê-lo pela via do moralismo, os comportamentos que traem a democracia sonhada por ele. Importa em Lasch que ele denuncia o efeito do capitalismo nas instituições e nos indivíduos, apontando problemas sociais e pessoais derivados do consumismo, da proletarização e do narcisismo. Estimula a que se pense a personalidade do final do século XX como alguém com medo de compromissos duradouros, com medo do envelhecimento, e admirador, sem limites, de personalidades apontadas pela mídia. Em **A Cultura do Narcisismo**, Lasch mostra a função da publicidade, manipulada pela minoria dominante, dizendo:

A publicidade serve não tanto para anunciar produtos, mas para promover o consumo como um modo de vida. Ela “educa” as massas para ter um apetite inesgotável não só por bens, mas por novas experiências e satisfação social. (p.102).

Lasch também descreve o avanço do analfabetismo, quando condena a educação pautada por adágios que entendem o aluno como um ser criativo, autônomo, capaz de, por si só, sem a cultura do professor, atingir a coerência intelectual necessária ao cidadão. Além disso, nesse livro, o autor critica: a) o que chama de colapso da autoridade (pais ausentes ou sem critérios para dar limites aos filhos); b) a fuga de sentimentos mais profundos e/ou a trivialização das relações pessoais; c) as preocupações puramente pessoais, o narcisismo que desmantela o significado maior de política, destruindo qualquer esperança no futuro.

Diante das indicações do autor, é possível descartar todos os conhecimentos produzidos por ele quando, ao ser lido, vemo-nos diante de um quadro comportamental, se não idêntico, similar ao por ele relatado⁵? As críticas que são feitas ao uso da Internet no Brasil, ao uso das redes sociais, podem ser aprofundadas por estudos como os de Lasch, ainda que esse intelectual seja acusado e/ou rejeitado por “indefinição ideológica”. Contrariando essa postura, que expurga qualquer autor por sua ideologia, afirma-se que o desconhecimento mais amplo da literatura passada ou vigente, da literatura mais conservadora, mais tradicional, não leva o leitor sequer a entender os raciocínios apresentados na atualidade; não leva o leitor a comparar, a estabelecer nexos, a perceber contradições, e/ou a avaliar os discursos em sua lógica, em sua coerência interna ou externa. Marx sempre insistiu no investimento na cultura geral, na

necessidade de o marxista ter conhecimentos amplos, enfim, na necessidade de estudos intensivos e extensivos para o entendimento efetivo de sua própria teoria.

Contemporâneo de Lasch, o francês Debord (1997), cineasta, ativista político, também precisa ser (re)lido por seu trabalho, **A sociedade do espetáculo**. Interessado em entender a comunicação na sociedade que tudo transforma em mercadoria, dirige sua intenção para identificar as características gerais dessa vida social. Personalidade complexa, leitor de obras marxistas, retoma a ideia de reificação, apontando a perda da autoconsciência dos sujeitos que sequer se pensam como passivos, manipulados, comportando-se de modo automatizado.

Segundo o autor, em um mundo em que a contínua produção de mercadorias se potencializa pela mídia, as imagens que representam fenomenicamente essa dinâmica simplificam o entendimento da sociedade, garantindo saberes mediados por representações gráficas, plásticas, televisivas etc. Como diz Debord, o sonho se impõe à realidade, quando o espetáculo domina os homens vivos depois de a economia os ter dominado totalmente (p.17) Expõe, também, de modo contundente, que a ânsia pelo “*ter*” foi desfigurada pelo desejo de “(a)*parecer*”; (a)parecer exatamente por aquilo que não é (p. 18). Ora, diante da atual necessidade de consumir imagens, de se transformar em espetáculo, percebe-se a importância de ler Debord para avaliar (hoje) os sujeitos das *selfies* que se reproduzem por postagens, independentemente de idade, sexo, etnia e classe social. Ler Debord, para conhecer o indivíduo atual, não significa, pois, um menor aprofundamento nas reflexões amparadas na teoria marxista.

Na sequência desse tipo de mergulho nos comportamentos humanos, que precisam ser assumidos como presentes em nosso “DNA”, temos Sennett (1998), com sua obra **O declínio do homem público**, considerada um clássico das Ciências Sociais. A abertura desse livro com a frase de Tocqueville - ‘Cada pessoa, mergulhada em, si mesma, comporta-se como se fora estranha ao destino de todas as demais’ – já oferece a tônica das obras que se sucederão.

Sennett, sociólogo e historiador, partidário da Nova Esquerda, desde o início da década de 1970, já apontava a sociedade como movida por um individualismo crescente, por uma necessidade irrefreável de exposição pública e por um narcisismo que só certificava como destaque a história pessoal. Características que, segundo ele, iriam se acelerar na medida do avanço da tecnologia. Sobre o narcisismo, dizia: “precisamos uma vez mais tirar o conceito das mãos dos psiquiatras e colocá-lo numa situação social e histórica” (p. 405), [isso porque] os impulsos próprios à pessoa são, inacreditavelmente, a única realidade dela. Descobrir, portanto, o que se torna em um objetivo único e/ou permanente dos indivíduos é descobrir a futuridade de uma cultura já em processo de destruição.

Sennett (2001), em **A corrosão do caráter**, de modo mais direcionado, explora as consequências da flexibilização no capitalismo, ou melhor, as condições de trabalho da atualidade e quanto elas influem nas relações sociais, familiares, cotidianas. Considerando que a flexibilização carrega consigo a destruição da prática e dos sonhos de longo prazo, garantindo instabilidade e incertezas, Sennett mostra como o caráter desse homem se desenvolve. Surge, assim, um indivíduo que não se sente necessário a outro, que desvaloriza o envolvimento, que desdenha o comprometimento, ignorando qualquer possibilidade de ajuda mútua.

Em momentos diversos, Sennett denuncia que a valorização da profissionalização, das habilitações específicas, das experiências anteriores, tende a desaparecer. O ensino, em qualquer nível, direcionado ao trabalho, não mais é colocado como responsável pela eficiência ou sucesso do futuro empregado, ou mesmo considerado como fator de eficiência na produção. Ao lado de sua defesa sobre a transitoriedade das competências e habilidades que antes pareciam duradouras e indispensáveis, Sennett também mostra que, na medida em que as tecnologias inteligentes avançam, mais chances se têm para um maior desconhecimento dos problemas e/ou da complexidade do social⁶.

Baudrillard (2007) também precisa ser relido. Pessimista, sem acreditar na luta de classe, na ação política, assumindo como dominante a virtualidade enquanto um delírio (cognitivo) generalizado, produzido pelo nível de angústia do homem contemporâneo, ainda assim, oferece subsídios para reflexões. Em **A sociedade de consumo**, deixa clara a dificuldade, cada vez maior, de os indivíduos *distinguírem o “real” do “irreal”*. Alertando para os benefícios do consumo que não são mais vividos como frutos do trabalho, como dependentes da mão humana, mas apreendidos como poder (como possibilidade de poder), Baudrillard descreve o pensamento mágico como resultado do consumo incontrollável, afastando as gerações tanto do exame de suas contradições como, conseqüentemente, do enfrentamento dessa mesma realidade anulada fantasticamente.

Segundo ele, hoje, toda a informação, com suas mensagens e significados, é acolhida indiferentemente, determinando o progressivo desinteresse por processos reflexivos. O valor inusitado dado ao prestígio social, à fama, à marca⁷, faz com que o valor de uso não mais importe e cresça a necessidade de um processo de busca de “ascensão” social, de “poder”. Busca de “poder” alcançado pelo descarte sucessivo de tudo o que o cerca, seguido, de modo imediato, pela substituição do que já foi considerado inútil. Ora, com a troca de um bem por outro que garante apenas um novo empoderamento, o sujeito deixa de ser exclusivamente vítima do sistema e torna-se um grande impulsionador desse tipo de sociedade.

Baudrillard, com todas as suas pretensões e contradições, mesmo afirmando ter superado os conhecimentos da economia política marxista, mesmo quando analisa o consumo (fora da produção) como uma atividade de manipulação sistemática de signos, mesmo assim, esse pensador assinala questões que nos interessam por outra perspectiva. Protesta ele contra a atual falsa inteligibilidade das coisas, contra um sujeito passivo, impotente, indiferente, incapaz de se ver como (*con*)formado pela efemeridade da tecnologia, incapaz de ter pensamentos com lastro no mundo concreto. Com tal clareza sobre o homem atual, parece ser impossível, hoje, realizar uma legítima autocrítica sem o exame das ponderações de Baudrillard.

Mesmo limitado pela hipervalorização excessiva da linguística, considera-se necessário rever não só o já dito por Baudrillard, mas o já dito pelo conjunto de pensadores aqui citados, considerados relevantes para o exame dos comportamentos atuais que inviabilizam possibilidades dialéticas de acreditar e de lutar por transformação em moldes marxistas. Independentemente, pois, de se ter a teoria marxista como a única capaz dar conta do real e, ao mesmo tempo, sem abrir mão da vida captada por outros que

possam dar consistência às leis de transformação do materialismo histórico, prestigia-se também Bauman (2006/2007).

Enquanto Baudrillard acentua o desaparecimento da durabilidade no universo dos homens, Bauman escolhe, para ilustrar as mudanças contínuas da sociedade capitalista, o termo líquido como metáfora explicativa da fluidez social. Privilegia análises do comportamento das pessoas que, por excelência, nesse universo do consumo, deixaram de se responsabilizar quer por ações intencionalmente dirigidas à socialidade, quer por metas coletivas, quer por grandes utopias, que não dispensariam o trabalho de muitos de longa duração. Adverte, pois, indiretamente, os marxistas, do quanto se torna difícil educar um sujeito para a consciência de que o homem é capaz de estabelecer e/ou selecionar um fim para seus atos mediados por processos de longo prazo.

Para Bauman, essa forma de ser do homem da globalização fluida, que só muda a si mesmo pelo prazer garantido pela instantaneidade, revela não só a naturalização do descarte, o desenvolvimento da irreflexão, assim como a ingênua consciência de que o homem não produz a própria vida. Quando Bauman afirma que a base sólida da modernidade (ao inverso da líquida, na contemporaneidade) foi regida por uma racionalidade científica interessada em um futuro de maior qualidade para os indivíduos em geral, obrigatoriamente, retomamos Maria Célia Marcondes de Moraes (2003) para mostrar as consequências coletivas e individuais da adoção dos paradigmas das ciências sociais e/ou das perspectivas teóricas e metodológicas que estão sendo, com ênfase, divulgadas nas academias.

Intelectual marcante, deixou seguidores preocupados com o que ela dizia ser “a querela ideológica que anima a intelligentsia de hoje” (2006, a). Nesse ponto, ressalta-se, aqui, em comunhão com a autora, como os tais paradigmas ou teorias pós-modernas determinam a despolitização dos professores. O que se expressa, no mínimo, em um neopragmatismo capaz de conferir às práticas imediatistas o caráter de verdade. Despolitização que, em nosso entendimento, inclui a evolução da incompreensão do passado, o desinteresse pelo futuro e a incapacidade de estabelecer relações cognitivas amparadas em conhecimentos concretos e/ou abstratos.

De modo absolutamente diverso dos autores citados anteriormente, Moraes (2006/b) nos incita a ver “o ser social como intrinsecamente processual, complexo e contraditório” e, por isso mesmo, capaz de ir à luta por transformações desejadas. Ela, ressaltando a urgência em restabelecer a consciência da intencionalidade de nossas ações, convoca, para isso, a educação. Educação valorizada que, a nosso ver, ultrapassa as instituições educativas, inclusive, as universidades, e vibra nas mãos dos que, com aquisição de cultura, conseguem não só entender Marx (1977), mas, por excelência, compreender que a verdade deve ser demonstrada pelos homens na práxis. Educação que, implicando em acender em nossos professores a legítima empatia (desde que não fundada na esperança política de justiça social), seja capaz de garantir corporeidade à luta de classes. Assim, retoma-se a ideia de que lutar contra a Reforma do Ensino Médio é uma consequência de trabalhos anteriores, de desenvolvimento afetivo e cognitivo dos indivíduos pós-modernos.

Referências

- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Portugal: Edições 70 LDA, 2007.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio e Janeiro: Zahar, 2000.
- CARPENTER, D.; FERGUSON, C. J. *Cuidado! Proteja seus filhos dos bullies*. São Paulo: Butterfly, 2011.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- HAYECK, F. A. *O caminho da servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.
- LASCH, C. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LENINE, V. I. *Obras escolhidas* v.3. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.
- LENIN, V.I. *Sobre a educação*. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. 1
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MORAES, M.C.M. (Org.) *Iluminismo às avessas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MORAES, M. C. M. Os “pós-ismos” e outras querelas ideológicas. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 24, n.1, pp. 45-59, 2006. (a).
- MORAS, M.C.M. O processo de Bolonha *vis a vis* a globalização de um modelo de Ensino Superior. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 14, pp. 187-203, 2006. (b.)
- PIKETTY, T. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEVERIANO, M. F. V. *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 2001.
- TONET, I. Educar para a cidadania ou para a liberdade? *Perspectiva*. Florianópolis, v. 23, n. 02. pp. 469-484, jul./dez.. 2005.

Notas

- ¹ Professora Titular da UEM/PR. Foi vinculada ao Departamento de Fundamentos da Educação. Área de atuação: História e Filosofia da Educação. E-mail: lh.nagel1@gmail.com
- ² Segundo a Folha de São Paulo, (Cotidiano B3) de 17 de fevereiro do corrente, em um vídeo no YouTube, dois jovens, com aparente espontaneidade, se manifestam a favor da Reforma do Ensino Médio. O governo pagou R\$ 65 mil reais para o Canal. O MEC, neste ano, como o Estado do Paraná, realimentou os gastos com publicidade, que inclui investimentos nas redes sociais.
- ³ Empatia é a capacidade psicológica que pode ser estimulada para que as pessoas aprendam os sentimentos, as emoções de outrem se sentindo na situação vivenciada pelo(s) sofredor(es).
- ⁴ Importante conhecer as obras dos economistas, como Friedrich Hayeck e Milton Friedman. Em Hayeck (1977), encontram-se variadas recomendações que exacerbam a importância de preservar a “individualidade” de cada um. Defende, entre outras questões, que: a) não existe nenhum código de ética completo; b) os indivíduos devem seguir seus próprios valores e preferências em vez dos alheios; c) o indivíduo tem poder sobre o próprio destino. Já Friedman (1988) afirma que: a) devemos impedir qualquer intervenção em nossa vida; b) não existe nada além do próprio indivíduo, nem pátria nem qualquer outra ideia; c) a caridade privada é o recurso mais desejável para combater a pobreza. Ambos estimulam, como condição de sucesso, o individualismo.
- ⁵ Interessante ler, também, a tese de doutorado de Maria de Fátima Vieira Severiano (2001), uma vez que ela discute a separação entre o indivíduo e a sociedade, a redução da capacidade crítica e/ou cognitiva dos homens acionada pelos meios de comunicação, pela propaganda e/ou publicidade.

⁶ Quando a Reforma do Ensino Médio, em 2017, é cantada na mídia como algo promissor quanto ao futuro do trabalho, o retorno não só a **Sennet** é necessário. Intelectuais como Bernardete Aued, Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, entre outros brasileiros, devem ser matéria obrigatória dos professores.

⁷ A mercadoria, antes entendida como valor de uso e/ou de troca, passa metafisicamente a incorporar o significado de prestígio, de luxo, de sensação de poder, de “marca”, capaz de naturalizar, por outro parâmetro, em fluidez incontrolável, a desigualdade entre os homens.

Recebido em: 07/03/2017

Publicado em: 30/04/2017